

RESUMO EXECUTIVO da ATA COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETÊ - CBH - AT

Aos dez de março de 2008, às 9:30h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345 no município de São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício nº 07/08 – Sec. Exec./CBH-AT.

A plenária do CBH-AT deliberou e encaminhou:

O Senhor Marco Antônio Palermo, Vice-Presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, assumindo a Presidência dos trabalhos deu as boas vindas saudando a todos e abrindo os trabalhos colocou em pauta a apreciação da Ata da reunião anterior, ocorrida aos vinte e oito de janeiro de 2008. A senhora Maria Emília Botelho, Secretária Executiva-Adjunta do Comitê representando segmento governo do Estado de São Paulo/Cetesb, considerou as recomendações do Conselheiro Gilmar Mangueira da Silva representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Federação dos Mutuários dos Moradores de Estado de São Paulo-FAMMESP, que solicitou inclusive incluir as propostas: participação da prefeitura de Santo André e Mauá no Grupo Técnico Especial, manutenção do Dr. Miron Rodrigues da Cunha permanecendo no cargo da Agência da Bacia até maio/2008, após o que aconteceria a eleição com os Conselheiros dos três segmentos elegendo o Presidente, e outra proposta, a de indicação do Presidente Clóvis Volpi depois que foi feita outra discussão, para assumir a presidência da FABHAT-Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê até maio/2008. A comunicação do Conselheiro Eduardo Coutinho, representante segmento Sociedade Civil Organizada entidade Catalisa, que questionou sobre o mesmo assunto, e fez questão de colocar que não deve ser inserido na pauta na hora da reunião temas que não foram previamente pautados para a plenária. Colocou também que não tinha nada contra a indicação do Prefeito Clóvis Volpi, também que solicitou a inclusão do endereço da entrega e que constasse na íntegra tudo que falou. A Secretária Executiva Adjunta leu a resposta, conforme comunicado eletronicamente: “A reunião vem sendo taquigrafada há anos pelo Dartan, e temos de ser fiéis a seu conteúdo. Em relação à votação ao assunto monitoramento que é tratado no projeto Centro de Visualização, o que foi deliberado é que deveria ser encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento e Gestão - CTPG para sua apreciação e manifestação, esse assunto não fez parte da última reunião da CTPG e também ninguém se manifestou a respeito, talvez por esquecimento e não por má intenção. O Secretário Executivo do Comitê Otávio Okano fez várias colocações sobre o tema rede de monitoramento e indicou informações que deveriam ser prestadas junto à CTPG, mas nada foi encaminhado pelo interessado. A deliberação CBH-AT nº 02/08 que dispõe sobre a indicação de projetos prioritários pré-estabelecidos que são as demandas induzidas pelo CBH-

AT foi aprovada com sugestão de inclusão do endereço de entrega dos projetos para os recursos do Fehidro e o parágrafo único a ser incluído no Artigo 3º da mencionada Deliberação. Neste parágrafo destaca que os membros tomadores não poderá fazer parte da análise pelo grupo de acompanhamento para deliberar a respeito do projeto”. O Vice-Presidente acolheu as propostas de inserção na **ATA** e colocou em votação, a qual foi **aprovada** a primeira reunião plenária ordinária de 2008. No item informes, o Vice-Presidente comunicou sobre algumas reuniões, “...com as entidades integrantes do segmento sociedade civil para que em função das deliberações da plenária anterior tomarmos posições relativamente à sucessão da Fundação Agência da Bacia Hidrográfico do Alto Tietê - FABHAT, foi um consenso e comunicado à Presidência e Secretaria Executiva. O Presidente tomou a iniciativa de provocar a ativação das Câmaras técnicas e tivemos reuniões das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Drenagem e Regras Operacionais e regras operativas, (...) uma reunião também com a organização da revisão do plano da bacia do Alto Tietê...” e solicitou que as reuniões sobre a revisão do plano de bacia do Alto Tietê “valorizasse principalmente a discussão dos principais conflitos emergentes na bacia, por exemplo o primeiro conflito mais emergente, de demandas e disponibilidade, algo muito evidente, tanto presente na versão do plano anterior como nessa, debatendo isso em uma plenária, estabelecendo os temas específicos, não com a apresentação de relatórios, onde participariam os atores mais envolvidos, usuários, concessionárias, enfim, e debatêssemos esses temas em plenária para que pudéssemos realmente discutir com maior propriedade sobre os problemas específicos em vez de ficarmos assistindo apresentação de relatórios e etc...” após o que convidou os representantes dos Subcomitês para os relatos das atividades desenvolvidas nos Subcomitês. Romildo de Pinho Campello, representando segmento Sociedade Civil Organizada, Vice-Presidente do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras relatou a reunião plenária do Subcomitê destacando que segundo a própria deliberação do Subcomitê houve já a apresentação de um projeto de entidade tomadora dos recursos Fehidro, e também a apresentação da tese de mestrado da Arquiteta Márcia Nascimento/SMA, “Avaliação preliminar do aumento da eficiência no uso da água para irrigação na Subbacia do Alto Tietê Cabeceiras”, e questionou sobre o PDPA do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras. O Vice-Presidente disse que devido a viagem da Coordenadora do plano da bacia, Eng^a. Mônica Porto, provavelmente ocorreu problemas de comunicação com a Fundação Centro Tecnológico e Hidráulica/USP-FCTH que também tem interação com o PDPA do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras e a Secretária Executiva concluiu “Queria deixar registrado que tivemos uma reunião quando a FCTH estava mudando sua Direção, a nova Diretoria esteve presente na reunião e já sabia disso, por isso que está atrasando. Então Romildo, gostaria de deixar claro que não é a Secretaria que está atrasando, no caso é que a nova Direção da FCTH já esteve conosco no dia da apresentação e sabia já da mudança... vamos ver se conseguimos dar seqüência”. Também comunicou a alteração na suplência da Secretaria de Estado da Educação, o Prof^o Fidelis Fernandes. Maria Emília, relatou que os projetos para obtenção de recursos Fehidro, “foram entregues dentro do prazo, 29.02.2008, onde permanecemos até as 19h30, foram entregue 51 projetos, e deixo claro que

alguns foram entregues após às 17h e mantivemos como entregues até 17h porque havia um trânsito infernal. Fora do prazo foram entregues os dois projetos, que já foram encaminhados à CTPG e foram avisados no momento da entrega que estavam fora do prazo e não teríamos como avaliá-los mas seria encaminhado à CTPG para uma decisão final...” e também disse da convocação para o dia 13 do Grupo Técnico-GT de Acompanhamento de Projetos e às CTPGs dos Subcomitês. Laura Peres representando segmento Governo do Estado de São Paulo/SMA informou, que “no CRH foi criado um Grupo Técnico de Acompanhamento para revisão dos critérios de distribuição dos recursos de compensação financeira para os Comitês, passando a valer a partir de 2009, e esse GT trabalhou junto com a Secretaria Executiva do CORHI e chegou à formulação de critérios para fazer a distribuição dos recursos baseado em aspectos sócio-econômico, técnicos de planejamento e de gerenciamento. Esses critérios foram apresentados às Secretarias Executivas dos Comitês e as mesmas definiram uma proposta que vai ser encaminhada ao CRH que é a quem compete a deliberar sobre o assunto, portanto, estamos aguardando a decisão no âmbito do CRH.” Romildo de Pinho Campello quis saber qual era a proposta e a Secretária Executiva disse que a CRHi iria encaminhar a Secretaria Executiva AT e assim que tivessem o conteúdo repassariam com quinze dias de antecedência, para as Secretarias dos Subcomitês. Laura informou que a reunião do CRH estava prevista para o dia 08 de abril próximo. A Secretária Maria Emília reiterou que a próxima reunião plenária do CBH-AT será em 31.03.2008, conforme convocação, cuja pauta será sobre a deliberação dos projetos dos recursos FEHIDRO-2008. No item 4 da pauta, informes dos Coordenadores de Câmaras técnicas sobre o andamento dos trabalhos, Eduardo T. representando segmento governo do Estado de São Paulo/CDHU e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão informou que apreciaram o empreendimento *Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTRL*, objeto de Deliberação da plenária, e que fundamentalmente trabalharam na avaliação dos projetos Fehidro, comunicou que os Grupos de Trabalho - GTs da CTPG/AT também estavam se reunindo. Domingos Sadalla representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade ABES e o Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento manifestou sobre a minuta de deliberação a CTSA aprovada em 11.02.2008 e solicitou a inclusão desta no corpo da ATA a presente reunião plenária e aprovada, que se segue:

Proposta da CTSA, aprovada em 11 de fevereiro de 2008, ao plenário do CBH-AT.

“Aprovar o desenvolvimento de atividade relativa ao Estudo de Objetivos e Metas de Qualidade dos Cursos de Água Superficiais para bacias experimentais da Bacia do Alto Tietê, no âmbito da Revisão do Plano ora em desenvolvimento, na forma a seguir estabelecida.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no uso de suas atribuições, Considerando que a Revisão do Plano da Bacia do Alto Tietê encontra-se em desenvolvimento,

Considerando que durante a 2ª reunião da CTSA, realizada em 11 de fevereiro de 2008, foi discutida e aprovada Proposta para inclusão de atividade relativa ao Estudo de Objetivos e Metas de Qualidade dos Cursos de Água Superficiais para

bacias experimentais da Bacia do Alto Tietê, no âmbito desta Revisão do Plano ora em elaboração,

Delibera:

Artigo 1º - Fica aprovado o desenvolvimento das atividades de “Estudo de Objetivos e Metas de Qualidade dos Cursos de Água Superficiais da Bacia do Alto Tietê - Bacias Experimentais” no âmbito das atividades e dos trabalhos em andamento de Revisão do Plano da Bacia do Alto Tietê ora em elaboração.

Art. 2º. – Serão desenvolvidas atividades referentes à identificação de bacias experimentais para aplicação da metodologia de definição dos Objetivos e Metas de Qualidade da Água Superficial, com a definição da situação atual, objetivos pretendidos e custos envolvidos, preparados para a discussão participativa com as comunidades envolvidas.

Parágrafo único - As propostas serão encaminhadas ao Plano da Bacia do Alto Tietê, ora em desenvolvimento, com o intuito de tornar este estudo uma das ações propostas para a Bacia no âmbito do seu Plano de Ação e Plano de Investimento a ser aprovado pelo Comitê da Bacia do Alto Tietê.

Artigo 3º - As atividades a serem desenvolvidas deverão ser orientadas pelas seguintes referências:

- 1. Definir bacia ou bacias experimentais para estudo piloto de Objetivos e Metas de Qualidade dos Cursos de Água Superficiais da Bacia do Alto Tietê, em cada um dos subcomitês e no município de São Paulo, adotando como critérios de escolha a pré-existência de estudos e constatação de situações críticas.**
- 2. Elaborar estudos técnicos compreensivos sobre a situação atual (de uso e ocupação do território da bacia, dos sistemas de Saneamento Ambiental e de suas formas de operação) e os cenários futuros de atuação, com respectivos custos.**
- 3. Definir objetivos, metas e custos progressivos para cada cenário de qualidade dos corpos d'água, escolhendo parâmetros de qualidade mais significativos para uma etapa inicial de atuação.**
- 4. Incorporar estes resultados ao Plano do Alto Tietê com a programação das atividades 5, 6 e 7.**
- 5. Decodificar os estudos técnicos para ampla divulgação, especialmente sobre situação atual, cenários e custos.**
- 6. Definir etapas de discussão para participação da Sociedade que reside ou circula pela bacia.**
- 7. Discutir e eleger um Cenário de Qualidade com explicitação dos objetivos, metas e custos e concluir os estudos pilotos nas bacias experimentais.**
- 8. Definir as atividades a serem desenvolvidas em cada subcomitê e Município de São Paulo.**
- 9. Programar estas atividades com os subcomitês estabelecendo prazos e disponibilizando recursos para**

definição de Objetivos, Metas e Custos nas suas respectivas bacias.

10. Programar a compatibilização dos resultados de cada subcomitê para compor uma proposta final para toda a Bacia do Alto Tietê.

Artigo 4º - Caberá ao Comitê do Alto Tietê – CBH-AT, por intermédio das Câmaras Técnicas de Saneamento Ambiental – CTSA e de Planejamento e Gestão – CTPG e do Grupo de Trabalho do Plano, detalhar os termos de referência, avaliar os recursos necessários com a Coordenação da Revisão do Plano e priorizar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2008.

Bonfílio Alves representando segmento Sociedade Civil Organizada acrescentou, “Quero parabenizar de como os trabalhos têm avançado na CT Saneamento, pautando questões bastante objetivas. Esse tema de saneamento hídrico é um dos que dentre os instrumentos de gestão de bacia hidrográfica, nesses mais de dez anos de comitê, não conseguimos avançar nesses tópicos: na classificação dos cursos d'água, enquadramento hídrico. Debates esses temas na CT e entendemos que o momento é bastante oportuno, tendo em vista a cobrança pelo uso da água onde poderemos avançar sobre maneira e onde terá muita falta desse instrumento. O método, a maneira de aplicarmos esse instrumento de gestão. Gostaria desde já Sadalla, não pude comparecer em nossa última reunião, a sub-bacia Juquery-Cantareira tem condições hoje de contribuir nesse piloto porque com o financiamento do Fehidro através da prefeitura de Cajamar e o Consórcio Intermunicipal de bacias fizemos um projeto financiado visando fazer o levantamento qualitativo com monitoramento via satélite, com um equipamento muito avançado com o Prof. Tundisi fazendo todo um trabalho de acompanhamento, recentemente foram treinados monitores para fazer a calibragem do equipamento, teremos esses equipamentos monitorando toda a bacia do Juquery e acredito que esses equipamentos poderão contribuir, além lógico do conhecimento da Cetesb já nessa área e todo o acervo histórico de dados a respeito, isso tudo entrou facilitando então bastante a condução dos dados para avançarmos nesse projeto piloto”. Após divergências quanto a forma do encaminhamento o Vice-Presidente disse “A presidência não se sente condições de decidir se coloca em votação uma proposta que interfere em assuntos que a meu ver ainda são desconhecidos, não podemos decidir absolutamente nada sem ter lido a proposta, (...) Conhecemos apenas que o Sr. encaminhou a proposta, acatamos o encaminhamento a Secretaria Executiva, para dar conhecimento aos demais”. Disse Domingos Sadalla “... eu estou entendendo que você vai pautar isso para na próxima reunião do Comitê, é isso o que eu acho uma coisa correta”. E o Vice-Presidente concluiu “Perfeito. Vamos fazer o máximo de esforço necessário para que isso aconteça, ok? Não há problema nenhum, a proposta é muito salutar e pelo visto é muito bem-vinda e positiva. Não se preocupe que daremos a maior celeridade possível à sua proposta, que pelo visto é muito positiva e um trabalho sério, então não tem que se preocupar com relação a isso vamos tomar as providências mais céleres possíveis, garanto isso”. Pedro Camelo Coordenador da CT Águas Subterrâneas -

CTAS relatou, “Fizemos nossa primeira reunião no dia 26 na FABHAT. Identificamos que o Estado através do DAEE e Sabesp enviam pessoas apenas para cumprir uma agenda, de maneira que essas CTs acabam sendo fórum deliberativo em seu próprio âmbito, o que foi discutido fica apenas ali e não se transforma em políticas públicas e enquanto isso ocorrer não adianta, é só fazer reuniões e ocupar nosso tempo, então estamos centrando todo o esforço da CT em transformar esse importante tema, as águas subterrâneas, e chamar a atenção criando mecanismos junto ao DAEE e Sabesp e ao governo do Estado em políticas públicas, ou seja para que haja de fato uma preocupação do Estado no uso das águas subterrâneas. Estou aqui muito mais para convidar as pessoas para participarem, teremos uma reunião também dia 25 agora às 14h, na FABHAT, e tivemos a presença da Sabesp e da prefeitura de Guarulhos, porque a idéia é criar uma grande aliança entre os municípios que compõe a bacia do Alto Tietê e com os técnicos do Estado, para que possamos desenvolver um plano de uso das águas subterrâneas”. Gilmar Altamirano representando segmento municípios pela Prefeitura do município de São Paulo - PMSP destacou a entrega do relatório do Programa Córrego Limpo, em parceria com a Sabesp, já despoluindo 42 córregos, a maioria urbano, “... porque de certa maneira no Comitê temos discutido os efeitos e não as causas, ficamos preocupados com a poluição do rio Tietê, da Guarapiranga, do entorno, quando o município é o principal poluidor porque todos esses córregos chegam aos nossos mananciais via o lixo produzido por essa cidade de dez milhões de habitantes. Estamos lutando para que esse programa Córrego Limpo não seja um programa de governo mas de política pública, que possa perenizar independente das questões da troca de governo ou não nas próximas eleições, então **estou fazendo uma moção para que esse Comitê se preocupe com esse Programa de fundamental importância**, para que 30% da carga de esgoto que vão aos nossos mananciais, **para constar que esse modelo do programa Córrego Limpo seja incorporado nesse modelo de gestão** do corpo hídrico para que não seja apenas um programa de governo mas que seja perene e que tenha a ação da sociedade como um todo nesse Comitê, e a tendência até é que esse programa possa abranger com o tempo 100 córregos, e sem isso não vamos conseguir proteger nossos mananciais se a sujeira produzida em São Paulo não for gerenciada, tanto pela forma não estruturante como estruturante”. O Vice-Presidente solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse o resumo do programa Córrego Limpo para as CTSA e CTDRO para a ciência e incorporação em seus trabalhos. O Engenheiro Zucollo, Coordenador da CTDRO relatou o andamento dos trabalhos, “Estabelecemos um programa prévio que vai incluir na próxima reunião informes sobre os recursos hídricos. Quem está trabalhando é o Engenheiro da Sabesp, da EMAE, para nos falar sobre regras operativas e na outra reunião está marcado a informação pelo Engenheiro Fernando Orsine, sobre como está hoje o plano de bacia, em que posição se encontra. Fazemos um apelo ao Comitê da bacia, esse plano mais do que uma carta de intenções, esse documento, tenha grandes possibilidades de ser efetivo. Proximamente vamos conversar sobre a flotação, assunto que está envolvendo nosso corpo técnico especialmente a Sabesp e a EMAE, vigiados pelo Ministério Público, tentando tratar 10 m³ do Rio Pinheiros

para lançar as águas em direção ao reservatório Billings, para medir os resultados e eventualmente se, aprovado, tornar novamente a Usina Henry Borden útil. A CTDRO era exclusivamente em algumas gestões anteriores de Drenagem e continua com esse enfoque, porém, tratando de outras coisas também. Nesse contexto vamos fazer o possível para focar em 2 e 3 pontos mais importantes, fazendo esforço para que as questões de drenagem sejam efetivas, (...) As reuniões ainda não tem tido quórum desejado, na primeira tivemos nove presentes e a segunda, no dia que teve greve aqui na Cetesb, não foi possível ter a reunião do Comitê, e no dia seguinte, em represália à isso aí a nossa CT teve três elementos” Disse da necessidade do tema não ser debatido exclusivamente na Câmara Técnica, que tivessem reunião em conjunto inclusive com a presença da Engenheira Mônica, e o Engenheiro Fernando, da FUSP. A Maria Emília da Secretária Executiva parabenizou e disse “...acho que as Câmaras Técnicas agora estão começando de fato a funcionar, o que era um anseio do nosso Comitê”. Diante das diversas demandas das CTs, o Vice-Presidente propôs que os quatro Coordenadores das CTs se reunissem definindo as providências e recomendações que deveriam ser agregadas ao Plano da Bacia. A Secretária Executiva solicitou que dessem conhecimento da data a ser agendada para as providências necessárias. Rui Brasil Assis representando segmento governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Energia sugeriu, “...que se pudesse fazer uma programação geral dos trabalhos da CTs, porque elas não são um espaço de livre pensar, a CT tem atribuições específicas, mas mesmo com as atribuições específicas pode-se divagar bastante. Queria então deixar claro para o Dr. Pedro que o quadro técnico da Sabesp e do DAEE estão como sempre engajados nas discussões e contribuem como contribui todo o Estado, não só com o Comitê do Alto Tietê e um problema aqui e outro ali precisamos corrigir, se houver alguma omissão, mas do ponto de vista de gestão da Secretaria, de sua orientação, é no sentido de participar e contribuir, agora, é preciso que tenhamos um plano de trabalho articulado, coerente com aquilo que tem que ser feito...” O Vice-Presidente retomou as comunicações pertinentes à Coordenadora da Revisão do Plano da Bacia, Eng^a. Mônica Porto, e entregou cópia do documento histórico que trata do “Resultado final dos estudos do convênio IBRAPE relativo ao planejamento integrado do desenvolvimento com finalidades múltiplas dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê”, e “para que tenha inspiração e sucesso na conclusão do plano”. A Engenheira Mônica Porto disse “acho uma muito boa lembrança do Marco, acho que realmente precisamos comemorar os 40 anos do convênio IBRAPE e quem me dera que pudesse almejar que o plano da bacia em forma e em elaboração seja um trabalho na mesma densidade técnica e na mesma consolidação de idéias e de forças, vamos torcer para que possamos honrar esses 40 anos de comemoração do convênio IBRAPE. Quero dizer que conversei com o Engenheiro Sadalla na semana passada, recebi algumas comunicações da CTSA, CTAS e CTDRO, tivemos reunião com a Márcia (Emplasa) na semana passada e acho fantástico as colaborações que têm surgido para o plano, contribuições de muita consistência e importância e acho que esse é o momento de aproveitarmos tudo isso para que o plano como disse o Dr. Zucollo, seja um documento de ação. (...) nossa lição de casa daqui para frente é a

elaboração do plano de ação em termos de investimentos, que não é uma construção apenas da equipe que está elaborando o plano, nós somos apenas esse suporte técnico para elaboração do plano de ação de investimentos, para essa construção precisamos das CTs, dos Subcomitês, o plenário do Comitê, para que possamos ter um plano de ação e de investimentos com a cara do Comitê, algo que realmente precisa ser feito, algo factível, porque temos tido essa preocupação de exequibilidade, para que a gente não saia com um plano de ação que seja uma lista de Papai Noel, uma lista de desejos, que não possam ser cumpridos, para isso precisamos da colaboração dos senhores. Outra coisa que já discutimos na semana passada com a Márcia (Emplasa), é que temos uma série de temas, muito relevantes, nos quais precisamos da CTs, então teremos uma reunião com o GT-Plano, no dia 19, e a partir dessa reunião pretendemos apontar para as CTs os temas que precisamos de retorno, já temos uma série de temas listados, e nossa expectativa é terminar o plano até julho e para que possamos construir o plano de ação e em seguida o plano de investimentos, teremos apenas 3 e 4 meses de trabalho, então peço a colaboração dos senhores para podermos abreviar, para termos na mão de fato um documento que seja um documento de apoio à ação do Comitê”. O Vice-Presidente parabenizou a todos após os informes considerando que os trabalhos caracterizaram uma evolução muito grande, “Apenas eu faria um aditamento aos informes da CTAS que não houve oportunidade de se colocar, mas houve um trabalho muito interessante, participei dessa reunião, por parte da Sabesp e Prefeitura Municipal de São Paulo, no sentido de se fazer um comparativo entre as resultantes do plano de 2002 e as resultantes apresentadas até o momento, inclusive o que ficou estabelecido, houve um avanço muito grande por parte do DAEE no sentido da regularização das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos. Em termo de dimensionamento isso é uma definição e se refletiu de maneira muito expressiva no cálculo da demanda. A CTAS solicitou aos representantes na próxima reunião do GT-Plano da bacia que complementassem e entregassem agora uma versão mais atualizada do comparativo dessas resultantes, de exploração de águas subterrâneas, vulnerabilidade e outros indicadores, comparativamente aos dados agora mais atualizados que foram possíveis levantar”. Pelo item 5 da pauta, apreciação da Deliberação 03/08 - *Dispõe sobre a aprovação das recomendações descritas no Parecer Técnico da CTPG em relação ao EIA/RIMA do empreendimento Central de Tratamento de Resíduos Leste – CLT, da Prefeitura Municipal de São Paulo*, houve amplos debates como por exemplo, Bonfílio Alves “...deve constar na Deliberação a obrigatoriedade do município apresentar seu plano diretor de resíduos sólidos, se não houver, além disso, já que o município de São Paulo tem assento nesse Comitê de Bacia, tem um papel muito importante nesse Comitê na sua interface com todos os Subcomitês, (...) e vinculando também um prazo, acredito que deve ter um prazo, ouvindo a prefeitura de São Paulo, para saber qual é o comprometimento que ela pode assumir com relação a essa responsabilidade. E a outra questão, a Maria Emília e o Vice-Presidente, é que façamos um convite à Prefeitura de São Paulo para que venha dizer, ainda que não tenham o plano acabado, aprovado, qual a diretriz que tem para a gestão desse tema, porque não pode ficar passando anos e anos e não temos nenhuma

diretriz e não sabemos para onde vai isso e esse estado de coisas precisa de outro tipo de enfrentamento”. Gilmar Mangueira solicitou informes se haveria impeditivos na Deliberação por causa de uma liminar na Justiça Federal, informou Rodolfo Yustas representando segmento governo do estado de São Paulo/SMA-DAIA, complementado pelo Edmundo Garcia representando segmento municípios pelo município de São Paulo/PMSP e finalizado pelo Vice-Presidente, “Não há problema nenhum, estamos em uma instância técnica, administrativa, completamente diferente da instância jurídica, o fato de ter ações ou liminares, qualquer trâmite judicial não interferem nas decisões técnicas administrativas...” e mediante as propostas solicitou à Secretaria Executiva: pautar na agenda do Comitê o debate sobre os planos de saneamento ambiental, e ainda, “que envolvem toda essa questão, resíduos sólidos junto com água, esgoto e outras questões”; que sejam divulgadas as reuniões das Câmaras Técnicas para todo colegiado, “solicito aos Coordenadores das CTs para que informem com antecedência a Secretaria Executiva, formalizem por favor pelo menos por um e-mail, com antecedência mínima, a mesma antecedência do prazo regimental”. Eduardo Raccioppi, representando Sociedade Civil Organizada entidade Instituto Aruandista e Vice-Presidente do Subcomitê Billings-Tamanduateí solicitou que os Subcomitês também fossem comunicados. O Vice-Presidente também solicitou que entrasse na pauta do Comitê o debate das questões alternativas tecnológicas e os demais debates sugeridos pelos Conselheiros. A **Deliberação 03/08 foi aprovada**, com as inserções no item 2.4 sobre Vida Útil do Empreendimento : apresentar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do município de São Paulo, atendendo às exigências legais, e outras alternativas auto-sustentáveis, socialmente e ambientalmente adequadas. Disse também o Vice-Presidente, “Consolidando as observações e as contribuições, agregaremos ao parecer essas duas recomendações e também todas as demais com respeito ao Comitê para as pautas, como as do representante da OAB, Peralta, e as demais acolhidas” e também solicitou inserção na pauta da próxima reunião, no item 4, posse dos novos membros dos Conselhos Curador e Fiscal da FABHAT. Bonfílio Alves informou a presença do Ministério Público no Subcomitê Juquery-Cantareira “pedindo que formalizassem quais eram os encaminhamentos do Subcomitê com relação ao tema de drenagem, do controle de inundações, e de alagamentos...” a Secretária Executiva disse que a atuação do MP estava se dando no âmbito de todo Estado e solicitou que o tema fosse sempre encaminhado ao Comitê do Alto Tietê para ser discutido em conjunto para uma política única.

Cumprida a pauta dos trabalhos Marco Antônio Palermo, Vice-Presidente do Comitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê deu por encerrada a reunião.

Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.